

INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL E EMPREENDEDORISMO: COMBO NEOLIBERAL PARA A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Alessandra Luíse Nienkotter¹

Milene Silva de Castro²

Samara Morais³

Resumo

Implementada após a saída de Dilma Rousseff da Presidência da República, a Medida Provisória 746/2016 do governo de Michel Temer (2016-2019) reforma o Ensino Médio brasileiro em prol dos interesses do capital, apresentando movimentações na formação da consciência da classe trabalhadora. Neste contexto, o presente trabalho visa discutir as concepções de trabalho projetadas para a classe trabalhadora a partir dos slogans/componentes curriculares chamados inovação, educação socioemocional e empreendedorismo. O estudo sustenta-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético, particularmente nas contribuições gramscianas no que se refere aos conceitos de sociedade civil, sociedade política, Estado integral e aparelhos privados de hegemonia.

Palavras-Chave: Educação. Trabalho. Luta de Classe. Ensino médio.

Abstract

Implemented after Dilma Rousseff impeachment from the Presidency of the Republic, the Medida Provisória 746/2016 from the Michel Temer government (2016-2019) reforms the Brazilian High School in favor of the interests of the capital, presenting movements in the formation of the conscience of the working class. In this context, the present work aims to discuss the conceptions of work designed for the working class from the slogans/curricular components called innovation, soft skills education, and entrepreneurship. The study is based on the perspective of historical-dialectical materialism, particularly on Gramsci's contributions regarding the concepts of civil society, political society, integral State and private apparatus of hegemony.

¹ Mestranda em Educação pela UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Pesquisadora no grupo Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE). E-mail: aluisenk@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pela UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina; Mestre em Educação pela UDESC; Graduada em História pela UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora no grupo Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE). E-mail: milenesc.castro@gmail.com.

³ Mestranda em educação pela UDESC; graduada em Pedagogia pela UFF - Universidade Federal Fluminense; Políticas Públicas pela UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Orientação, Supervisão e Administração Escolar pela Uniasselvi. Pesquisadora no grupo Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE). Email: pedagogasamaramorais@gmail.com.

Keywords: Education. Work. Class struggle. High School.

Introdução

Com o presente trabalho buscamos evidenciar no Novo Ensino Médio (NEM) as articulações que apontam para uma determinada perspectiva de formação da juventude da classe trabalhadora presente na organização curricular proposta na política do EM a partir de três eixos: inovação, educação socioemocional e empreendedorismo.

O Novo Ensino Médio foi promulgado a partir da MP 746/2016 no governo de Michel Temer (2016-2018), após o golpe jurídico político ao qual Dilma Rousseff foi submetida em 2016, e em meio a perseguições e silenciamentos dos professores. Importante comentar que mesmo antes da consolidação da lei do Novo Ensino Médio, discussões e experiências sobre essa temática já estavam sendo realizadas em outros governos. A lei foi a formalização e a continuidade dessas experimentações, discussões e legislações pontuais. Também entendemos que essas reformas não são projetos apenas dos governos que a viabilizam, mas sim de um conjunto de atores como organismos multilaterais, empresariado, institutos, instituições financeiras e burguesia nacional; e com a tutela do Estado.

O conteúdo e forma da formação da juventude trabalhadora brasileira no EM tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores (ANDRADE 2020; FERRETTI 2018; FRIGOTTO & RAMOS; LEHER, 2016). Com propostas relacionadas à educação integral, a diminuição das disciplinas anteriormente obrigatórias, além da possibilidade de oferecimento de itinerários formativos via organizações privadas, o NEM contou com a participação de diversas organizações privadas em sua articulação e sustentação (BEZERRA, 2019). Materializou-se desta fusão a Resolução CNE/CEB n. 03/2018, que especificava que as matrizes do NEM deveriam ser “articuladas como um todo indissociável, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural e local, do mundo do trabalho e da prática social” (BRASIL, 2018a). Seu princípio se daria na “integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo, escolas e secretarias de educação” a partir do oferecimento das disciplinas itinerantes dos itinerários formativos pelas entidades privadas [...] (BRASIL, 2021, *online*).

Segundo Andrade (2020) a relação do empresariado, a partir dos seus aparelhos privados de hegemonia e intelectuais não pode ser subtraída da historicidade do novo ensino e dos intentos relacionados à articulação deste. Segundo a autora, estamos diante de um emaranhado de disputas intraburguesas, cujo cerne se dá em prol da formação de um trabalhador de novo tipo, educado a partir dos preceitos evidenciados pela “pedagogia da hegemonia” (LAMOSA, 2020), ou seja, uma pedagogia de imediato interesse do capital. A

pedagogia da hegemonia é composta por conteúdos que corroboram com uma formação voltada aos interesses do capital, seus conteúdos e necessidades de aprofundamento são espalhados pelos veículos por diversas organizações privadas que agem no compartilhamento de estruturas fundantes da superestrutura de dominância hegemônica burguesa. Isto é, tornam-se importantes personagens de propagação das narrativas burguesas sobre as condições objetivas e subjetivas, da precarização das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Gawryszewski (2017), afirma que as novas políticas curriculares “tem apresentado ao sujeito um conjunto de sentidos que indicam a conformação de uma subjetividade em relação à cultura e organização” (p, 98).

Para compreendermos as articulações do empresariado, entendemos que a categoria de aparelhos privados de hegemonia (APHs), formulada por Antonio Gramsci, revela-se de extrema importância. Os APHs, segundo o autor, compõem e estão no que ele chama de *sociedade civil*. As igrejas, escolas, partidos e imprensa, por exemplo, podem ser considerados aparelhos. Enquanto APHs dentro da disputa por um projeto hegemônico, é necessário que esses organismos produzam, além de tudo, consensos sobre a realidade. Em uma sociedade capitalista, na dominação burguesa do Estado, os APHs, suas ações e reprodução de consensos, abrem o caminho para as ações e políticas demandadas pelo capital, já que a hegemonia “[...] não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo” (GRUPPI, 1976, p. 73).

Mas, afinal, por que precisamos evidenciar a relação empresariado com o currículo do NEM? Para Fontes (2018a), a realidade da classe trabalhadora em formação (juventude) se apresenta a partir da condição de *trabalho sem emprego*, ou seja, as novas reestruturações produtivas buscam a naturalização do trabalho a partir de uma lógica de produtividade que precariza e conforma o trabalhador. Conforme podemos observar a seguir:

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora). (FONTES, 2018, p. 49)

Neste sentido, os trabalhadores são influenciados a pensarem como empreendedores de si, assimilando, portanto, uma lógica de sobrevivência a partir de condições espalhadas pela e para condições cada vez mais favoráveis de acumulação do empresariado. Segundo Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se

equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos **chamados órgãos da opinião pública** — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (CC 13, §37, v. 3, p. 95. Grifo nosso).

Para o revolucionário sardo, as APHs se organizam em condições de classe (pensamento dominante) e disputam a formação da consciência do trabalhador (fruto do pensamento do tecido social). Essa movimentação ocorre a partir de pares e dispares e tem como foco principal a constituição de um conjunto de formulações que contribuem principalmente com a manutenção de dominância da classe (IASI, 2005).

Apresentaremos o que entendemos como eixos do “combo neoliberal” e de que forma isso se desdobra no âmbito da educação.

Inovação

A questão da inovação esteve presente ao longo do tempo em diferentes contextos e foi tratada com especificidades relacionadas ao momento histórico em que estava inserida. Traremos nessa seção um breve apanhado de como essas abordagens vão se resignificando, mantendo a essência de sua lógica, até adentrarem no campo da educação.

A humanidade em seu percurso de vida está sempre criando, inventando e modificando; nos interessa, porém, analisar o momento em que as inovações passam a ter um caráter essencial ao modo capitalista (MANDEL, 1982). Mandel (1982) e Mészáros (2002) auxiliam nessa percepção com suas visões críticas e de enfoque marxista sobre “aceleração da inovação tecnológica” no século XX e a “obsolescência programada”, sob uma lógica de subserviência ao capitalismo. Os autores demonstram que em meados de 1940 ocorrem as intensificações de descobertas científicas, grupos estruturados de desenvolvimento tecnológico e encurtamento deliberado da vida útil de mercadorias para satisfazer as necessidades de expansão constante do capital.

Por outro lado, temos as concepções de inovação alinhadas aos propósitos capitalistas. São essas concepções que, posteriormente, adentraram, de forma adaptada, no campo da Educação. Neste viés, podemos citar as ideias do economista Joseph Alois Schumpeter (1997), o qual foi um dos primeiros a trabalhar o conceito de inovação conectando diretamente com sua relevância para o capitalismo.

Schumpeter considera a inovação como crucial para o desenvolvimento econômico no capitalismo e faz uma diferenciação entre inovação e invenção. Para ele, um novo arranjo só será uma inovação se propiciar a fabricação de uma mercadoria que possa ser explorada economicamente. O incentivo em inovar, para Schumpeter, está posto na perspectiva de obter lucros extraordinários (CASTRO, 2020).

Para Pinto (2013), pretende-se com os discursos fetichizados sobre tecnologia e inovação, fazer a classe trabalhadora acreditar que as imperfeições da sociedade se constituem de pendências tecnológicas, ocultando as bases materiais arbitrárias da realidade social (PINTO, 2013).

Transpondo para a área da educação a reflexão sobre a inovação, o que ocorre muitas vezes é uma discussão simplificada que coloca as tecnologia educacionais como fatores por si só geradoras de inovação na educação. Giselle Ferreira evidencia que na área de educação, assim como em outras áreas, a tecnologia é tratada com neutralidade, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) encaradas como soluções para os problemas da escola e as tecnologias educacionais digitais implementadas sem problematização e muitas vezes descoladas das questões pedagógicas.

A linguagem da área revela uma crença na neutralidade da tecnologia, vista amplamente como solução para a dita falência na educação, articulada em uma defesa dogmática do poder dos artefatos digitais de tornar o mundo um lugar melhor, Infelizmente, não são poucas as descrições que elavam as TIC ao patamar de solução de problemas que são, de fato, sociais, concebendo-as em particular como detentoras do poder de converter excluídos em incluídos (BARRETO, 2009, p.48) ou, de forma antagônica, apenas do poder de alienar e oprimir. (FEENBERG, 2005, p.116, tradução nossa) articula, sem rodeios, o problema com essa concepção: “a tecnologia contemporânea que realmente existe não é neutra, mas sim, favorece alguns fins específicos e obstrui outros” (FERREIRA; GARCIA, 2018, p.4).

Nos documentos que norteiam o NEM não há uma definição clara do termo “inovação”, embora ele seja utilizado diversas vezes. A palavra aparece com um tom de neutralidade e naturalidade. Partindo de uma análise mais acurada, que não se limita ao texto aparente das normativas; que busca uma visão de totalidade; que considera as intenções e interesses de determinados discursos; que caracteriza quem são os formuladores das políticas e seus financiadores percebemos que a discussão de inovação na contemporaneidade está conectada às novas exigências do mundo do trabalho. O capital em meio a suas crises exige um incremento do uso da força de trabalho para aumentar a produtividade, e nesse viés a inovação e a tecnologia são expressões destas exigências atuais, elas não são elementos neutros como aparentam ser quando lemos um documento norteador de política educacional (CASTRO, 2020).

A inovação, no contexto das políticas educacionais que forjam uma realidade a partir de determinados discursos e concepções de inovação, tem como função ser um negócio vantajoso para o capital. Um dos aspectos no qual se desdobra a concepção de inovação nos documentos do NEM é:

Inovação e tecnologia em um contexto de formação de um tipo de trabalhador específico, o qual realmente necessita dos saberes relacionados ao conhecimento tecnológico e de capacidade de invenção e inovação na área da tecnologia, visto que a acumulação flexível se baseia nas inovações tecnológicas para expandir seu capital. Juntamente a esse aparato tecnológico de instrumentalização, a escola deve focar nas competências e atitudes, as quais o estudante deverá possuir para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico, incerto e competitivo. (CASTRO, 2020, p. 79).

A Educação Socioemocional

A educação socioemocional faz menção ao desenvolvimento de competências socioemocionais no âmbito da escola e deriva do movimento *Social Emotional Learning* (SEL) desenvolvido pelo instituto norte-americano chamado *Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning* (CASEL)⁴. Já a expressão “socioemocional” tem como referência o termo *soft skills*, no original em inglês, e que, em tradução livre, significa habilidades flexíveis, fazendo oposição às *hard skills*, que são habilidades de ordem técnica e instrumental. Portanto, o termo se dirige as capacidades subjetivas de um indivíduo que podem ser desenvolvidas ou aprimoradas, tanto na esfera social, quanto na emocional. A resiliência, empatia, produtividade, colaboração e trabalho em equipes são frequentemente mencionadas como competências socioemocionais importantes de serem desenvolvidas presentemente.

As competências socioemocionais adentram de forma definitiva nas diretrizes da educação básica brasileira a partir da Base Nacional Comum Curricular. Em artigo publicado em 2022 pelo Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, do Movimento pela Base (MpB), intitulado *Como a educação socioemocional é abordada na BNCC*⁵, debate-se a necessidade de discutir sobre a importância do desenvolvimento de habilidades de ordem socioemocional em um “novo cenário mundial”. Em especial, destacam

4 Mais informações sobre CASEL podem ser encontradas no website <https://casel.org/about-us/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

5 Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/como-a-educacao-socioemocional-e-abordada-na-bncc/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

a articulação das competências com o “Projeto de Vida”, para que os jovens que “precisam se planejar para a vida após a educação básica” (OBSERVATÓRIO, 2022, *online*). Para o MpB, a educação socioemocional

[...] refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e tomada de decisão responsável. E para que seja trabalhada no contexto escolar do aluno do século XXI, a BNCC aponta que esteja presente nos referenciais curriculares alinhados ao documento (*Ibid.*)

É importante que contextualizemos brevemente a articulação que originou o Movimento pela Base. O MpB foi criado em 2013 como um órgão apartidário, composto de instituições e indivíduos para articular e monitorar a construção da BNCC e da reforma do EM. Autointitulada como uma expressão da sociedade civil, possui entre seus membros jurídicos o Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Reúna, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Itaú Social, Oi Futuro, Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Roberto Marinho⁶.

Na BNCC, as competências socioemocionais são apresentadas como: autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Essas competências atravessam toda a Base e podem, segundo o documento, serem articuladas com quaisquer competências do currículo:

Portanto, para que as competências socioemocionais sejam trabalhadas no contexto escolar do aluno do século XXI, elas devem ser o foco de qualquer proposta curricular que venha a ser delineada a partir da BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, *online*).

A educação socioemocional vem aparecendo nos últimos anos de forma recorrente nos documentos, falas e ações do empresariado, como um mote repetido *ad infinitum* para a educação básica, ganhando dimensões cada vez maiores e reproduzindo-se a largos passos nas escolas desde a aprovação da BNCC. A educação socioemocional nos parece um importante eixo transversal do que estamos chamando de pedagogia hegemônica, atuando na frente ideológica burguesa na conformação e adaptação da juventude da classe trabalhadora das contradições do discurso liberal e a realidade vivida no mundo do trabalho nos atuais padrões de acumulação da sociedade capitalista. Desloca-se os problemas concretos, vividos nas contradições no âmago da sociedade capitalista, para uma instância de ordem subjetiva, psicológica, que responsabiliza os indivíduos ao passo que os conforma à sociabilidade capitalista.

⁶ A composição total pode ser encontrada em <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#rede>. Acesso em: 28 mai. 2023.

Dito isso, entendemos que

As competências socioemocionais são artifícios de socialização para lidar com um futuro incerto. Viver o hoje, sem compreender o passado e não poder projetar o futuro, nos faz refém daqui e agora, ou seja: atender aos requerimentos do setor produtivo e estar adaptado, inclusive no sentido subjetivo, às condições de precarização (vínculos de trabalho frágeis, situação de desemprego etc.) e tomá-las como “desafios” a serem suplantados. Vemos o deslocamento de um problema da ordem do capital para o nível pessoal ou interpessoal; e os APHs da classe burguesa precisam de consensos para manter esse convencimento (NIENKOTTER; SILVA, 2022, p. 16).

Empreendedorismo

O empreendedorismo é espreado para a classe trabalhadora como uma das habilidades fundamentais para empregabilidade do futuro, relacionada a arte de inovar, criar e revolucionar o que ainda não existe. Este componente do combo liberal tem, em seu cerne, a narrativa do sucesso a partir da emoção e energia do trabalhador ‘que faz a coisa acontecer’. (EDUCACAPES, 2020).

Presente na Base Nacional Comum Curricular de Ensino Médio (BNCC-EM 2023), o empreendedorismo possui três vieses de desenvolvimento/nicho. O primeiro relacionado ao lucro financeiro direto, obtido através da venda do seu serviço para o mercado (sem patrão). O segundo relacionado a análise sociais locais e a vontade deste sujeito em transformar, mesmo sem recursos e influências, e o terceiro, chamado de ativismo/serviço social, se configura no sujeito que atua em consonância com governos, organizações privadas não governamentais e trabalhadores em prol de mudanças.

No material, observa-se ainda a necessidade de que a formação deste sujeito seja voltada para que ele identifique fatores geradores de marginalização ou sofrimento coletivo e que atue criando projetos de “equilíbrio estável” (BNCC-EM, 2023, np). O jovem trabalhador, portanto, vai se configurando a partir da narrativa de busca individual por soluções e melhora nas condições objetivas de sobrevivência. Corroborando o SEBRAE:

[..] o Empreender é um despertar individual e coletivo para o empoderamento, para a adoção de comportamentos e atitudes que possibilitam que as pessoas sejam protagonistas de suas próprias vidas, resolvam problemas de forma criativa e inovadora que impactam positivamente na realidade à sua volta [..] (SEBRAE, 2020, online).

Para Magalhães (2020) a profusão do empreendedorismo tem em seu cerne uma aparência ilusória de transformação social, escondida a partir de discursos sobre esforço e dedicação, evidenciando estes como uma percepção, que segundo autor, responsabilizaria o

sujeito individualmente por fracasso ou sucesso pessoal. Neste sentido Frigotto (2019) evidencia que estamos diante de uma formação contraditória no que tange a democracia burguesa, já que

[..]no Brasil, [...] a Pedagogia das Competências e da Ideologia do Empreendedorismo se entranharam no sistema educativo, o que, à primeira vista, representa uma contradição entre o espírito público e democrático [...], ou seja, em lugar de se lutar por uma educação que promova a formação do ser humano emancipado, tenta-se compatibilizar o sujeito livre com os profissionais "competentes" e "empreendedores" requeridos pelo mercado [...] (FRIGOTTO, 2019, n.p)

O ensino de empreendedorismo nas escolas públicas é parte interseccional das competências que estão sendo espriadas pelo capital, principalmente na publicização de um coletivo de sentidos já formulados. Entendendo que a noção de realidade (naturalização das condições) da classe trabalhadora é alvo imperativo para o capital, seu entrelaçamento em todas as esferas de sociabilidade, e, com a chancela estatal, configuram para o Estado a condição de ferramenta burguesa de ordem.

Considerações Finais

Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado.

Karl Marx

Os eixos “inovação”, "empreendedorismo" e “educação socioemocional”, analisados nos documentos do NEM, atuam sob a lógica atual de acumulação capitalista, a acumulação flexível, que ocupa todos os locais possíveis de acumulação e realização de valor, inclusive a área educacional. Tais eixos aparecem na escola numa conjuntura de formação de mão de obra com conhecimentos tecnológicos, empreendedores e valores inovadores, preparados para o mercado de trabalho mutável e para as mudanças constantes da sociedade. Essas concepções também cumprem seu papel ideológico de fazer os indivíduos acreditarem que os problemas da sociedade e da educação podem ser resolvidos com as inovações tecnológicas, operacionais, as tecnologias educacionais, o domínio das técnicas e apreensão das competências socioemocionais, da capacidade de empreender e se ajustar ao mercado de trabalho competitivo e incerto.

A “melhoria na qualidade da educação” firmada nos documentos e campanhas é um aprimoramento sob a perspectiva da classe dominante, a qual, além de aumentar seus capitais com a extração de fundo público a partir das parcerias público-privadas, contará com a mão de obra conformada dos filhos da classe trabalhadora, os quais possuem uma perspectiva cada vez mais precarizada e restrita de formação.

Referências

ANDRADE, ANA CAROLINA, Dissertações defendidas em 2020 Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro.** Disponível em:

<https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2020/dMaria%20Carolina%20Pires%20de%20Andrade.pdf> Acesso em 31 de Mai de 2023.

BEZERRA, VINICIOS. Dissertação de Mestrado defendida em 2019. **Empresários e Educação. Consentimento e Coerção na política educacional do ensino médio.** Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4459> Acesso em 31 de Mai de 2023

BNCC-EM, BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Práticas empreendedoras na escola.** Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/201-praticas-empreendedoras-na-escola> Acesso em 01 de Jun de 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Itinerários Formativos Publicado** em 27/08/2020 18h50 Atualizado em 28/12/2021 13h39. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-aco-es/itinerariosformativos>. Acessado em 07 de Mar de 2022.

BRASIL. Resolução n. 03, de 21 de novembro de 2018. **Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, DF: Presidência da República, [2018a].

Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CASTRO, Milene Silva de. **Análise da concepção de inovação expressa nos documentos oficiais que fundamentam o novo ensino médio.** 2020. 1 recurso on-line (114 p.)

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00008b/00008b13.pdf>.

CONGRESSO, Governo do Brasil. **Medida Provisória n° 746, de 2016** (Reformulação Ensino Médio). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> acessado em 29 de Mai de 2022.

COMO a educação socioemocional é abordada na BNCC. **Observatório Movimento pela Base, 2022.** Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/como-a-educacao-socioemocional-e-abordada-na-bncc/>

COMPETÊNCIAS socioemocionais como fator de proteção a saúde mental e ao bullying. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/195-competencias-socioemocionais-como-fator-de-protecao-a-saude-mental-e-ao-bullying>. Disponível em: 28 de mai. 2023.

EDUCACAPES, EMPREENDEDORISMO. **Guia didático-pedagógico. A utilização de Tecnologias digitais de informação e a comunicação no ensino do empreendedorismo**. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/561132/2/EMPREENDEDORISMO%20UM%20GUIA%20DIDATICO-PEDAGOGICO%20POR%20CLEIDIANE%20B.%20A.%20GOMES.pdf> Acesso em 01 de jun de 2023.

GARCIA, W. E. (org). **Inovação educacional no Brasil: Problemas e perspectivas**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

FERRETTI, CELSO JOÃO. **A Reforma do Ensino Médio e Sua Questionável Concepção de Qualidade da Educação**. 2018. DOI <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22 de jun. 2022.

FONCEDE, **Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação**, 2019. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/05/guia-foncede-elaboracao-normas-complementares-novo-ensino-medio.pdf> acessado 05 de Jun de 2022.

FONTES, Virgínia. **Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018, p. 73-98.

FONTES, Virginia. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. Marx e o Marxismo, Niterói, v. 5, p. 45-67, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 18 de out. 2018.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. **Crisis capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do Ensino Médio?** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 42, p. 83-106, set./dez.

LEHER, ROBERTO. **Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista Outubro 2016. Disponível: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf> Acesso em 31 de mai de 2023.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. Cap. I – A mercadoria. In: **O Capital** - crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (p. 113 – 158).

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan./jul. 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Boitempo Editorial, 2002.

MTB, Movimento Todos Pela Base. **Panorama da Implementação do Novo Ensino Médio.** Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-novo-ensino-medio-material-didatico/> acessado em 25 de Mai de 22.

MTB, Movimento Todos Pela Base. **Explore Indicadores.** Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/politicas-nacionais/> acessado em 28 de Mai de 22.

NIENKOTTER, Alessandra Luíse; SILVA, Mariléia Maria. A educação e as competências socioemocionais do trabalhador/a no século XXI: a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina em ação. **Revista Cocar.** V.17 N.35/2022 p.1-20.

OLIVER, João Batista. **Empresários, Sistema S e mudanças no EM.** Valor Econômico, 06 out. de 2016. Opinião. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/empresarios-sistema-s-e-mudancas-no-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

PINTO, Álvaro. V. **O Conceito de Tecnologia. Volume II.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Novo Ensino Médio 2022, entenda tudo que muda.** Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/novo-ensino-medio/> Acessado 27 de Mai de 2022.

RAMOS, Marise.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Medida provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de Estado de 31 de agosto de 2016.** Revista HISTEDBR On-line. v. 16,n.70, p. 30-48, dez. 2016

SEBRAE, serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empreendedorismo: aproveite a época de isolamento para aprender mais. 2020.** Disponível em: <http://bit.do/fJFTH>. Acesso em: 10 de maio 2023.